

ORGANIZAÇÕES AGROEXTRATIVISTAS NA REGIÃO SUL DO ESTADO DO AMAPÁ: as experiências vivenciadas pelas ASTEX-MA, ASTEX-CA e AMAC.

Lelianne Freitas de Oliveira*

*Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá. Endereço postal: Av/Rua Paulo do Espírito Santo Silva, nº 2993, Jardim1, CEP: 68909-320, Macapá/AP/Brasil, e-mail: lelianneandrellyze@gmail.com.

ORGANIZAÇÕES AGROEXTRATIVISTAS NA REGIÃO SUL DO ESTADO DO AMAPÁ: as experiências vivenciadas pelas ASTEX-MA, ASTEX-CA e AMAC.

Lelianne Freitas de Oliveira

Trabalho de Conclusão de Curso-TCC na forma de artigo científico apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Amapá, como parte das exigências para obtenção do título de graduado em Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais, orientado pelo Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão.

ORGANIZAÇÕES AGROEXTRATIVISTAS NA REGIÃO SUL DO ESTADO DO AMAPÁ: as experiências vivenciadas pelas ATEX-MA, ATEX-CA e AMAC.

Lelianne Freitas de Oliveira

Trabalho de Conclusão de Curso-TCC na forma de artigo científico apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Amapá, como parte das exigências para obtenção do título de graduado em Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais orientado pelo Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão.

Data da aprovação:

____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Manoel de Jesus de Souza Pinto

Prof. Ms. Luciano Magnus de Araújo

Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão

RESUMO

O presente artigo, enquanto Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), propõe-se estudar as experiências organizativas das populações agroextrativistas da região sul do Estado do Amapá, através das Associações de Trabalhadores Extrativistas do Cajari e do Maracá (ASTEX-CA e ASTEX-MA) e da Associação de Mulheres do Cajari (AMAC). Buscando compreender quais as principais conquistas e dificuldades enfrentadas por estas organizações, nas suas relações sociais, políticas e econômicas com seus associados, não associados, poder público, poder privado e Organizações Não Governamentais (ONGs). O processo de pesquisa foi organizado em dois momentos. No primeiro momento realizou-se uma revisão bibliográfica, analisando as principais publicações sobre extrativismo no Estado do Amapá, tendo como principal referência a produção científica do Prof. Antônio Sérgio Filocreão sobre aquela região. No segundo momento para obtenção das informações empíricas utilizou-se das entrevistas semiestruturadas realizadas no ano de 2006 e 2012 com 05 dirigentes e ex-dirigentes das associações. Os resultados da pesquisa demonstram que foram alcançadas diversas conquistas, entre elas: a garantia de acesso a terra e aos recursos naturais, fatores esses importantes para melhoria de vida dessas famílias dos associados; ganhando com isso visibilidade social, política e econômica. Apesar dessas conquistas essas organizações convivem com grandes dificuldades como: descrédito social, político e econômico, ausência de parceria com órgãos públicos, privados e ONGs, o que contribui para um retardamento em conquistas mais consistentes para seus associados.

Palavras-chave: Extrativismo. Associações. Estado do Amapá.

ABSTRACT

The purpose of this article, as a Concluding Work for the Course (TCC), is to study the organizational experiences of the agro-extractive populations of the southern region of the State of Amapá through the extractive's associations (ASTEX-MA and ASTEX-CA) and a women's association (AMAC). Seeking to understand the main achievements and difficulties faced by these organizations, in their social, political and economic relations with their associates, associates, public power, private power and Non-Governmental Organizations (NGOs). The research process was organized in two moments. In the first moment a bibliographical review was carried out, analyzing the main publications on extractivism in the State of Amapá and with emphasis in the scientific works of Prof. Dr. Antônio Sérgio Filocreão. In the second moment to obtain the empirical information, we used semi-structured interviews conducted in 2006 and 2012 with 05 leaders and former leaders of the associations. The results of the research demonstrate that several achievements have been achieved, among them: ensuring access to land and natural resources, factors that are important for improving the lives of these families of members; Thus gaining social, political and economic visibility. In spite of these achievements, these organizations coexist with difficulties such as: social, political and economic disrepute, lack of partnership with public and private organizations and NGOs, thus contributing to a delay in more consistent achievements for its members.

Keywords: Extractivism. Associations. State of Amapá.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como temática a organização política da população agroextrativista do sul do Estado do Amapá, analisando as experiências vivenciadas pela Associação de Trabalhadores Extrativistas do Rio Maracá (ASTEX-MA), Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Rio Cajari (ASTEX-CA) e Associação de Mulheres do Alto Cajari (AMAC). As principais fontes de consulta utilizadas foram os trabalhos acadêmicos sobre a Economia Extrativista produzidos pelo professor Antonio Sérgio Filocreão entre os anos de 1992 a 2014. Essa produção científica retrata as principais transformações ocorridas naquela região a partir da organização política das populações locais que vivem do agroextrativismo, e permitem refletir sobre as lutas sociais por garantias de direitos encaminhadas pelas organizações agroextrativistas criadas na região, cuja principal bandeira de luta foi a criação de reservas extrativistas.

Segundo Cunha e Guerra (2005) a proposta de criação das Reservas Extrativistas surgiu como alternativa concreta de utilização sustentável da terra e dos recursos florestais, em detrimento do modelo de desenvolvimento implantado na Amazônia, totalmente divorciado da realidade social e ambiental dessa região. A proposta tomou corpo após o I Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985, no qual vários representantes de diversas localidades amazônicas se reuniram pela primeira vez para discutirem seus problemas comuns e apresentarem alternativas aos desmatamentos na região. Como resultado foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), entidade civil que passou a representar os interesses específicos dos povos da floresta, lutando por suas reivindicações e articulando suas propostas, junto com as populações tradicionais e o movimento ambientalista.

Neste contexto de luta pela criação das reservas extrativistas foram constituídas as associações de trabalhadores extrativistas no sul do Estado do Amapá que vão exercer um papel fundamental na luta pela garantia de direitos das populações locais, tendo em vista que na região o processo de ocupação e apropriação das riquezas florestais deu-se nos mesmos moldes dos ciclos econômicos desenvolvidos em outras áreas da Amazônia, desde o período colonial com as drogas do sertão, passando pelo sistema de aviação no ciclo da borracha e chegando até aos chamados grandes projetos, os quais começaram a ser implantados durante o regime militar, inaugurado em 1964, provocando grandes conflitos fundiários com as populações agroextrativistas que vivem na região.

Os conflitos em torno da ocupação do sul do Amapá, em função da disputa fundiária entre o Projeto Jarí e os moradores locais, impulsionou a organização política das comunidades agroextrativistas da região, as quais se associaram ao Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) buscando fazer frente às imposições e ameaças da Empresa Jarí Celulose S/A (FILOCREÃO, 1992).

Tendo como ponto de partida o contexto da disputa pelas terras e recursos florestais do Sul do Amapá, vinculada a proposta de criação de reservas extrativistas, este artigo propõe-se a responder as seguintes questões: quais as principais conquistas e dificuldades enfrentadas no cotidiano da luta política pelas organizações da população extrativista ASTEX-MA, ASTEX-CA e AMAC? E, como foi construída a relação social, política e econômica dessas organizações com seus associados, não associados, poder público, poder privado e Organizações Não Governamentais (ONGs)?

Para responder aos questionamentos propostos, o artigo buscou nos seus objetivos: compreender e contextualizar as populações tradicionais e sua luta por reservas extrativistas na Amazônia e no Estado do Amapá; analisar as trajetórias constitutivas e organizativas da ASTEX-MA, ASTEX-CA e AMAC no sul do Estado do Amapá e averiguar a relação social, política e econômica dessas associações com seus associados, não associados, poder público, poder privado e ONGs. A coleta de dados deu-se através de uma pesquisa qualitativa através de uma revisão bibliográfica, cujo foco principal deu-se no resgate bibliográfico da produção acadêmica do Prof. Dr. Antônio Sérgio Filocreão referente a economia agroextrativista da região sul do Estado do Amapá, complementada na exploração do Banco de Entrevistas Digitais sobre o agroextrativismo no Sul do Amapá, organizado pelo referido professor que contém entrevistas semiestruturadas, realizadas entre os anos de 1988 a 2014 com diversos informantes da região, incluindo presidentes e ex-presidentes das Associações ASTEX-MA, ASTEX-CA e AMAC.

Por conseguinte, este artigo que é um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem sua relevância na finalidade de entender as problemáticas sociais, políticas, econômicas, que permeiam a organização política das populações extrativistas, através das experiências vivenciadas pelas Associações de Trabalhadores Extrativistas ASTEX-MA, ASTEX-CA e AMAC. E, assim, possibilitar novos caminhos de compreensão do modo de vida das populações tradicionais e das formas de organizações extrativistas na Amazônia, pretendendo com isso, servir de suporte bibliográfico para estudos posteriores.

1. ABORDAGEM TEÓRICA

1.1. O PAPEL DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS E DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Para aprofundamento teórico, esta subseção tem como objetivo contextualizar o papel exercido pelas populações tradicionais e reservas extrativistas ao longo da ocupação da Amazônia brasileira.

Verifica-se, que no seu processo histórico de ocupação, a Amazônia é marcada por relações de fortes disputas econômicas entre grandes nações europeias, por seus recursos naturais e por populações tradicionais que lutam pelo direito de utilização desses recursos naturais. Neste processo, percebem-se três importantes fases que definiram a sua formação socioeconômica: o período da Amazônia Colonial, consolidada pela ocupação europeia; a fase áurea do extrativismo da borracha, período notável de acumulação de riquezas e geração excedente econômica; e o período da forte intervenção estatal para a integração da Amazônia na economia nacional com o estímulo devastador aos “grandes projetos”, que estimulava a busca de alternativas novas para o desenvolvimento, com critério de sustentabilidade.

Na contemporaneidade de acordo com Becker (2005, 2004), em uma esfera global não existe uma percepção unificada sobre Amazônia, mas há uma que é dominante: a da Amazônia como grande unidade de conservação, a grande mancha verde a ser preservada para a “saúde” do planeta. O que está atrelada essa concepção segundo a autora é a preocupação com o desflorestamento e seus efeitos sobre o clima e o aquecimento do planeta, bem como a perda da biodiversidade. Essa postura divide-se em dois níveis: o primeiro denominado de nível simbólico-cultural, legítima, que vem da questão ambiental, da legitimidade dos ambientalistas, das populações tradicionais e reservas extrativistas que se preocupam com a salvação de fato do planeta. E o segundo nível que se refere aos aspectos econômicos e geopolíticos, ligados à riqueza natural da Amazônia que, com o avanço tecnológico, vem sendo valorizada como capital natural, resultado da mercantilização da natureza, que está relacionado ao "mercado do ar", ou seja, a troca de créditos em função das emissões de gás carbônico.

Neste caso, a Amazônia é vista como símbolo de vida (valorização dos recursos naturais) pelas populações tradicionais e organizações extrativistas, também como capital natural (mercantilização dos recursos naturais) pelas empresas. É importante frisar que nas duas concepções, seja como vida, seja como capital natural, não deveria estar dissociada das

populações que vivem na Amazônia, porque são elas que têm o saber local, que convivem há séculos com essa natureza e que têm os conhecimentos (sábios), adquiridos historicamente, ao longo do seu convívio na região (BECKER, 2004).

Segundo Filocreão (2007), a inserção do grande capital com intuito de extrair recursos naturais nem sempre foi pacífica, como se pode observar a partir da intervenção do Governo Federal na Amazônia, com incentivos a pecuarização e os grandes projetos agroindustriais e minerais, deslocando grandes fluxos migratórios para região amazônica vai rapidamente multiplicar os conflitos pela posse da terra e outros recursos naturais. Nesse quadro de conflitos, os índios, seringueiros, castanheiros, e outros camponeses agroextrativistas, emergem como novos atores políticos, que através das suas alianças com movimentos ambientalistas nacionais e internacionais, vão ter poder de pressão e voz junto a um Estado que se democratiza.

Desta luta de resistência, mais econômica para alguns e mais ecológica para outros, cujo principal ícone foi Chico Mendes, líder sindical assassinado em 1988 no Acre, surge como principal proposta a implantação de Reservas Extrativistas na Amazônia. A ideia de Reserva Extrativista surge pela primeira vez, em Ariquemes, Rondônia, no encontro preparatório para o Encontro Nacional dos Seringueiros, ocorrido entre os dias 31 de agosto a 01 de setembro de 1985. Na oportunidade foram discutidos seis temas principais: 1) o confronto histórico entre seringueiros e índios; 2) as propostas dos Soldados da Borracha; 3) a crise do extrativismo; 4) os desmatamentos e os conflitos dos seringueiros com fazendeiros e colonos; 5) áreas reservadas para índios e seringueiros 6) e o papel do extrativismo na proteção da Amazônia (ALLEGRETTI, 2002).

Afirma Allegretti (1994), com a organização dos seringueiros em um movimento próprio, em 1985, por ocasião do Encontro Nacional dos Seringueiros da Amazônia, que teve como resultado a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros-CNS, foi definido a tomada das seguintes decisões: a permanência na floresta, a realização de uma reforma agrária que respeitasse o modo tradicional de vida, a introdução de tecnologias novas para melhorar a produção e a implantação de um sistema educacional e de saúde adequado às necessidades da comunidade.

A proposta de implantação de Reservas Extrativistas, nasce objetivando a regularização fundiária de áreas historicamente ocupadas por grupos sociais que utilizam produtos florestais para subsistência e comercialização, de forma compatível com as características de ecossistemas amazônicos e de acordo com os padrões tradicionais de uso.

Neste caso, as Reservas Extrativistas podem ser consideradas como reservas de desenvolvimento sustentado, nas quais atividades econômicas baseadas na extração de produtos da floresta, na agricultura, na criação de animais domésticos, assim como na industrialização destes produtos, podem ser desenvolvidas desde que atendam a critérios de sustentabilidade e de retorno social (ALLEGRETTI, 1998, 1994).

Neste sentido, a concepção de Reserva Extrativista pressupõe ao mesmo tempo área de produção e conservação, uma vez que, a posse da terra passa a ser do poder público, e administrada através de concessão de direito real de uso por comunidades locais. Sendo que a exploração dos recursos naturais depende de plano adequado de manejo. Essa concepção surgiu da necessidade de encontrar uma alternativa de regularização fundiária dos antigos seringais amazônicos e respondesse ao mesmo tempo, às demandas dos grupos locais por melhores condições de vida (ALLEGRETTI, 1994).

O impacto causado com o assassinato do Chico Mendes em 1988, liderança principal do movimento dos seringueiros, faz com que o governo brasileiro seja obrigado a tomar posições mais enérgicas em relação aos desmatamentos da Amazônia, devido à fortíssima pressão internacional. Com isso, em 1989, é criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA como executor da Política Ambiental Brasileira, que sofre modificações através da Lei nº 7.804 de 18 de julho de 1989. “Essa lei deu nova redação ao inciso VI do artigo 9º da Lei nº 6.938/81 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e institui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)” (SANTILLI, 2005).

Nessa mudança, a Reserva Extrativista é incorporada entre os espaços territoriais a serem especialmente protegidos pelo poder público, e incluída no rol dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Quatro meses depois, o Presidente da República assina o Decreto-Lei nº 98.897 de 30 de janeiro de 1990, que regulamenta a criação e implantação da Reserva Extrativista como unidade específica de proteção ambiental e de produção autossustentável. Um aspecto importante nesse Decreto, é a possibilidade de se criar Reservas Extrativistas, independente da desapropriação prévia das terras, o que na opinião de Allegretti (1994), agilizaria bastante o processo e impediria imediatamente o desmatamento das áreas, uma vez que o uso destas só poderia ocorrer em bases sustentáveis.

No ano de 2000, com a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), através da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, o agroextrativismo vai institucionalizar-se definitivamente na Política Ambiental Brasileira, através de dois tipos de

unidades de conservação e de uso sustentável: a Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. De acordo com o SNUC:

Art.18 A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo (agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte), e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. Enquanto o art. 20. Define que a Reserva do Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desempenham um papel primordial na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

Para Santilli (2005), algumas diferenças existem entre esses dois tipos de unidades de conservação, as principais são: 1) quanto à origem, a Reserva Extrativista nasce da mobilização social dos seringueiros na luta por uma reforma agrária nos moldes amazônicos, enquanto a Reserva do Desenvolvimento Sustentável nasce inspirada em uma iniciativa bem sucedida, de interesse ambiental, do biólogo José Marcio Aires em 1984 junto ao governo do Amazonas para proteger espécies de macacos ameaçados de extinção, onde se criou uma estação ecológica em 1990 pelo estado do Amazonas, que em 1996 foi transformada em Reserva de Desenvolvimento Sustentável, a fim de viabilizar a permanência e o envolvimento dos seus moradores na gestão de seus recursos naturais; 2) na figura da Reserva Extrativista reforça-se o extrativismo ao se definir os beneficiários diretos como “populações extrativistas tradicionais” enquanto a Reserva de Desenvolvimento Sustentável define apenas como “populações tradicionais”; 3) ambas são de domínio público, sendo que a desapropriação de áreas particulares no interior da Reserva de Desenvolvimento Sustentável tem a possibilidade de ser feita “quando necessária”, o que não acontece com a Reserva Extrativista.

Em 2002, os moradores das Reservas Extrativistas passaram a ser considerados beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária por meio da Portaria Interministerial N. 187, de 19 de setembro de 2002, assinada pelos Ministros do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente. Isto significa, um reconhecimento formal no âmbito das políticas pública brasileiras, que a Reserva Extrativista é, antes de tudo, uma proposta ecológica de reforma agrária para o agroextrativismo.

No que diz respeito ao conceito de “populações tradicionais”, encontra-se amplamente presente na Lei do SNUC com um papel político relevante e estratégico, inclusive, como beneficiárias das Reservas Extrativistas e do Desenvolvimento Sustentável. Porém não existe na Lei uma definição para populações tradicionais, pois o conceito jurídico de “populações

tradicionais” ainda é embrionário, assim como os existentes nas ciências sociais ainda são prematuros e problemáticos, por serem usados muitas das vezes com uma conotação de atraso e inferioridade temporal, além de que se encontra no Brasil e na Amazônia uma enorme diversidade cultural, que cria dificuldades de criar um conceito único que dê conta disso.

Contudo, da proposta que nasceu da luta por terra no Acre e Rondônia até os dias atuais, muitas conquistas foram alcançadas devido o papel de resistência que as populações tradicionais e reservas extrativistas têm exercido no cenário ambiental, modificando aos poucos as estruturas da Política Ambiental Brasileira, criando espaços, não apenas para os seringueiros, mas também para outras minorias que habitam áreas de relevantes interesses ambientais, que foram até então, tratadas como invasoras, predadoras, cujas atividades eram consideradas como caso de polícia.

É evidente que apenas o estatuto jurídico não resolve. Porém é o primeiro passo e antes de tudo uma amostra que as estruturas socioeconômicas existentes podem ser transformadas não só pelas forças do mercado ou pela vontade, às vezes ilegítimas dos governos, mas também pela organização política e mobilização dos diferentes setores da sociedade. O que mostra o quanto complexo fica cada vez mais o estudo da sociedade.

Portanto, os diferentes e contrastantes discursos sobre a Amazônia brasileira é uma demonstração prática de que a preocupação atual com o extrativismo na região sul do Estado do Amapá precisa ser compreendida, para que avanços políticos, econômicos, sociais e culturais possam se efetivar.

1.2. EXPLORAÇÃO AGROEXTRATIVISTA NO SUL DO ESTADO DO AMAPÁ.

Com base na abordagem sobre o papel exercido pelas populações tradicionais e reservas extrativistas na ocupação da Amazônia brasileira, será analisado nesta subseção, um quadro contextual em que se possa compreender os principais condicionantes da exploração extrativista no Estado do Amapá, principalmente na região sul.

Na história do Estado do Amapá, assim como na Amazônia, percebem-se três importantes fases que definiram a sua formação socioeconômica, que são: o período Colonial, a fase áurea do extrativismo da borracha e o período da forte intervenção estatal para a integração da Amazônia a economia nacional.

Neste sentido, a ocupação humana do Sul do Amapá acompanha a dinâmica verificada em toda a Amazônia com a chegada do colonizador europeu, que a partir de seus interesses

econômicos e geopolíticos submete as populações indígenas locais, de forma geralmente caracterizada pela violência, aos ditames de uma cultura radicalmente diferente, direcionada a produção de excedentes econômicos demandados pelo mercado capitalista mundial em expansão (FILOCREÃO, 2007).

Segundo Filocreão (2007), refletir, teoricamente, sobre essa ocupação, relacionando-a a um contexto mais geral, que envolva as principais fases que marcaram a formação socioeconômica da Amazônia usando o agroextrativismo como pano de fundo, parece ser um importante exercício para uma compreensão mais aprofundada do quadro socioeconômico cultural e político que a realidade atual do Sul do Amapá apresenta.

No início da ocupação europeia, o Estado do Amapá é resultado de uma faixa de terra entre os rios Oiapoque e Amazonas, a região denominada inicialmente de Guiana brasileira foi objeto de disputa intensa entre os lusos brasileiros de um lado e os holandeses, ingleses, irlandeses e franceses do outro. Sendo que os holandeses, ingleses e irlandeses foram logo rechaçados, os franceses por ocuparem as terras vizinhas de Caiena, tornaram-se uma ameaça constante de invasão dessas terras do delta amazônico (FERREIRA REIS, 1993).

A militarização da ocupação nas suas formas ofensiva (conquista de territórios) e defensiva (fortificações) vai se manifestar para a população nativa em ações de extrema violência, seja nas represálias e castigos imputados aos indígenas que negociavam ou se aliavam aos invasores, como estratégia de atemorização psicológica para evitarem-se novas alianças e relações comerciais; seja na inclusão dos indígenas aliados nas batalhas contra os invasores, e no trabalho compulsório na construção de fortificações e criações de vilas (FILOCREÃO, 2007).

Paralelo ao movimento bélico de ocupação da Amazônia, Prado Júnior (1970), enfatiza um movimento religioso, cuja vanguarda em particular, serão as ordens jesuítas e carmelitas. Em vez da violência, através da persuasão, os missionários conseguiram o que os colonos foram incapazes de obter: o trabalho indígena, que será utilizado nas diversas atividades de implantação das missões, desde a construção dos prédios à produção da subsistência e geração de excedentes exportáveis na agricultura e extrativismo que mantinham as missões e permitiam acumulação de riquezas as ordens religiosas, dando-lhes poder e importância financeira. Poder esse que vai ser combatido e diminuído a partir das políticas pombalinas (FILOCREÃO, 2008).

No período pombalino (1750-1777), além dos esforços de povoamento, uma série de medidas foram tomadas, tanto no sentido de garantir a posse das terras brasileira a Coroa

portuguesa, como também de consolidar o seu poder nas diversas esferas da vida pública. Foram ações de incorporações das capitanias particulares à Coroa; delimitação de fronteiras; cassação do poder temporal das ordens religiosas; a expulsão dos jesuítas; o aperfeiçoamento dos sistemas administrativo, judicial, fiscal e militar; a difusão da língua portuguesa entre os indígenas; a consolidação de uma rede escolar oficial, entre outras ações que levaram ao fortalecimento do poder estatal na região.

Nesse período, apesar da política pombalina ter garantido a Coroa à ocupação de suas posses, sob o ponto de vista econômico, a riqueza gerada com as drogas do sertão e agricultura de exportação não conseguiu alcançar a importância da cana de açúcar no nordeste, nem mesmo da nascente economia do gado no interior nordestino.

Na ocupação do Sul do Amapá, a política pombalina contribuiu para a formação de um centro de exploração e irradiação econômica na região, com a fundação da vila Nova Mazagão. O processo de criação deste centro inicia no ano de 1756, quando, fugindo de doenças, o povoado de Sant'Anna, localizado em uma Ilha na Foz do rio Matapi, constituído em 1753 por índios descidos do rio Negro, foi transferido para o rio Maracapucú, e em 1769 para o rio Mutuacá. Este povoado, em 1770, foi preparado para receber as famílias vinda de Mazagão, colônia portuguesa na África, recebendo o nome de Vila Nova Mazagão (PARÁ, 1916 apud FILOCREAO, 2008, p. 5)

De modo geral, a fase colonial na formação econômica do Sul do Amapá, foi caracterizada pelo caráter militar da ocupação do território, e pelas ações de intervenções estatais de expansão demográfica, como libertação dos índios, importação de escravos negros, colonos açorianos e madeirenses e fomento a agricultura comercial. Isso vai desencadear para os índios da região agressões e controle.

Percebe-se no início da ocupação que as formas de relacionamento dos portugueses com os nativos foram sempre no sentido de subjugar-los aos seus interesses econômicos e militares, utilizando-se da coerção e do trabalho compulsório. Assim, vê-se o índio engajado nas expedições militares, combatendo os invasores estrangeiros e seus aliados nativos; transportando o colonizador ao conhecimento da região e de suas riquezas; construindo as vilas e fortificações; produzindo na agricultura; e, coletando os produtos para o abastecimento local e comércio. Os que resistiam ou se aliaram aos invasores foram perseguidos e eliminados (FILOCREÃO, 2007).

No ciclo da borracha (1840-1910), a ocupação econômica da região efetivou-se com um grande e eufórico dinamismo, contraditoriamente sustentado, no extrativismo de um só

produto, financiado pelo "sistema de aviamento", onde o comerciante fornece mercadorias essenciais para a vida dos seringueiros e castanheiros, em troca da produção. A expansão da borracha "longe de limitar-se a uma ou duas áreas isoladas da Amazônia brasileira, foi inegavelmente um fenômeno de amplitude regional que se estendeu aos mais remotos distritos da bacia amazônica" (WEINSTEIN, 1993, p. 18). Sua dinâmica econômica manifestou-se na urbanização da região em dois polos principais: Belém e Manaus.

No sul do Amapá, o boom da borracha é marcado pela existência do extrativismo e do coronelismo. As atividades eram diversificadas, indo da agricultura de subsistência à criação, passando por formas variadas de extração (vegetal, como a borracha, a salsa, o cacau, o óleo de copaíba, a castanha, e animal, como a manteiga de tartaruga, o pescado etc.). Apesar do grande potencial existente em recursos extrativistas, na região de influência do rio Jarí, a preocupação com a posse legal da terra não era levada em grande consideração, no início do boom da borracha.

Segundo Filocreão (2007), esta falta de legalização do espaço permitiu que o coronel José Júlio de Andrade a partir de 1899 aproprie-se das terras de toda a região de influência do rio Jarí. Os diversos mecanismos utilizados por José Júlio que foram do uso da violência ao tráfico de influência, possibilitou-lhe a tornar-se "talvez o maior latifundiário do mundo. Suas terras no Estado do Pará, nos municípios de Almeirim, Porto de Moz e Território Federal do Amapá, beiravam três milhões de hectares" (LINS, 2001). Isso lhe permitiu controlar toda região do Jarí no processo de produção e distribuição da riqueza, excluindo do direito de posse os trabalhadores que já habitavam a região, os quais passaram a ser trabalhadores compulsórios para o seu projeto de acumulação privada das riquezas geradas na agropecuária e no extrativismo.

Em 1930, José Júlio sofrerá as perseguições do interventor federal no Pará, coronel Magalhães Barata, iniciando com a cobrança de impostos da exportação da castanha e borracha no município de Almeirim, dos anos 1922 a 1930. Nesse ano, o coronel José Júlio viaja para Europa com a sua esposa a tratamento de saúde, onde fica auto exilado (ROCQUE¹, 1999, apud FILOCREÃO, 2008, p.9). Em 1948, vê-se obrigado a vender as suas propriedades a um grupo de empresários portugueses que se associam ao seu ex-sócio Crispin de Almeida na exploração extrativista da região (FILOCREÃO, 2008).

¹ Obra Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político.

De acordo com Oliveira (1995), a partir de 1930 inicia-se um novo processo de exploração, o que visa à integração amazônica no mercado nacional, do ponto de vista da circulação de mercadorias, ainda que a integração produtiva só se complete já avançada à década de 1970. Com a política de integração nacional, observa-se a produção rural organizando-se na forma dos “grandes projetos”, que são associações de capitais nacionais e estrangeiros, subsidiados pelos incentivos estatais, ocupando grandes extensões de áreas, como o Projeto Jarí, Codeara, Georg Pacific; os fazendeiros individuais, que, com financiamento bancário ou não, estabelecem um processo de pecuarização da região; e, uma diversidade de produtores familiares (posseiros, meeiros, proprietários e rendeiros), que, em número muito grande e com uma extensão de área proporcionalmente muito pequena, são empurrados cada vez mais para o interior e para as áreas mais pobres da Amazônia pelos grandes projetos, fazendeiros e frações especulativas do capital.

Enquanto que na fase de José Júlio as áreas eram mantidas na maior privacidade, até para pescar era preciso uma autorização e o pescado destinava-se exclusivamente à alimentação local, não podendo ser negociado para fora da área. Na exploração da região do Vale do Jarí em 1948, sob o controle de uma empresa extrativista de estrangeiros (portugueses), verificam-se algumas mudanças nas relações de trabalho e na utilização dos recursos naturais liberaram a área em todos os sentidos, tanto econômica como politicamente (LINS, 2001).

Com os empresários portugueses, verifica-se maior racionalização e diversificação nas atividades. O empreendimento passa a ser gerenciado por três empresas: a Jarí Indústria e Comércio, responsável pela comercialização da maioria dos produtos nativos; a Companhia Industrial do Amapá, com a finalidade de industrializar a castanha-do-brasil; e, a Companhia de Navegação Jarí S/A, composta pelas embarcações, em número de quatorze, entre navios e empurradores, com a finalidade de suprir o fluxo de produtos nativos entre as filiais e sedes como Arumanduba e Jarilândia, e destas com Belém do Pará (LINS², 2001, apud FILOCREÃO, 2008, p.13)

Com os investimentos, superou-se em quase todas as atividades produtivas, o que era conseguido na fase anterior, explorando madeira, castanha do Brasil, borracha, balata, e tudo que fosse possível negociar em Belém ou em outros mercados, como frutas, peles silvestres,

² Obra Jarí: 70 anos de história.

peixes, caças, grãos etc., utilizando-se tanto do assalariamento como do aviamento. Esta fase do extrativismo empresarial prolongou-se de 1948 até 1967, quando o controle da região foi vendido ao grande capital internacional, representado no milionário americano Daniel Ludwig, que implanta um ambicioso projeto agroindustrial que ficou conhecido como Projeto Jarí.

Em substituição à economia extrativista existente, o projeto Jarí pretendeu desenvolver um megaempreendimento produtivo, que previa a derrubada de mais de 200.000 hectares para o reflorestamento com espécies exóticas visando à fabricação de celulose; o desenvolvimento de uma pecuária com rebanho de 100.000 cabeças bovinas e 40.000 bubalinas; o plantio de 20.000 hectares de arroz, 80.000 hectares de dendê e banana, além da exploração dos minérios existentes na região. O projeto trouxe montada do Japão, uma fábrica de celulose ao custo de 269 milhões de dólares, e, para atender as demandas energéticas desta fábrica, pretendia instalar uma hidrelétrica no Rio Jarí, além de outros investimentos de grande vulto (FILOCREÃO, 2007).

Quanto ao agroextrativismo, no início da fase Ludwig, o projeto Jarí tentou continuar com a atividade de exploração de castanha na região, tendo em vista que no patrimônio comprado, havia um projeto financiado em 1966, com incentivos fiscais pela Superintendência do Plano para Valorização Econômica da Amazônia-SPVEA, para instalar uma fábrica de beneficiamento de castanha em Jarilândia e que precisava ser dado continuidade. Os insucessos no comércio da castanha levam o projeto Jarí a desistir desse negócio, arrendando os seus castanhais para uma empresa denominada Amapá Importação e Exportação Ltda. (AMPEX), em 1970. A atuação da AMPEX foi também desastrosa, com práticas de não cumprimento de acordos, não pagamento da produção dos extrativistas, denúncias de escravização de posseiros, e outras irregularidades administrativas, o que trouxe problemas de relacionamento do projeto Jarí com o governo do Território Federal do Amapá, que mandou apurar as denúncias envolvendo os posseiros da região (PINTO³, 1986; RAIOL, 1992, apud FILOCREÃO, 2008, p.16)

O Projeto Jarí em meados da década de 70 deixou definitivamente de arrendar suas filiais para a extração de castanha e outros produtos naturais, após os sete anos de experiências desastrosas, fechando quase todas as filiais, ficando apenas um segurança para

³ Obra A utopia da terra na fronteira da Amazônia; a geopolítica e o conflito pela posse da terra no Amapá.

evitar a ocupação dos prédios. Ao fim do império colonial, a comercialização da produção agroextrativista fica nas mãos dos pequenos regatões e comerciantes que dispõem das mercadorias de aviamento. O processo de controle dos trabalhadores pelos comerciantes manteve uma situação de exploração em níveis mais elevados que os da antiga empresa extrativista, obrigando os produtores a recorrerem cada vez mais à agricultura. Quanto aos castanhais, a utilização passa a ser autorizada aos extrativistas locais, através de documentos expedidos pelo responsável pela segurança e vigilância das áreas do Projeto Jarí.

Em 1981, o Projeto Jarí, em crise, passa às mãos de um grupo de "empresários nacionais", liderados pelo Grupo CAEMI, proprietário da Indústria e Comércio de Minério ICOMI, que são financiados pelo governo federal para a compra e recuperação deste megaempreendimento. A nova gestão a cada ano faz redução nos seus quadros de funcionários, aumentando nos beiradões (favelas de palafita) o número dos desempregados e subempregados, agravando a situação social da região. Na gestão dos "grupos nacionais", liderados pelo Grupo CAEMI, além do aumento do desemprego, verifica-se uma proliferação dos conflitos com os posseiros pelo usufruto da terra, florestas e rios da região, com violência física e destruição de moradias de posseiros. (FILOCREÃO, 2007)

No ano de 2000, o controle das ações do Projeto Jarí passa a propriedade do Grupo Orsa que desenvolve uma melhor proposta para o endividamento do Projeto Jarí: quatrocentos e quinze milhões de dólares. Os novos proprietários do Projeto, através da Fundação Orsa, vêm tentando manter uma relação mais próxima das populações locais, implementando projetos de assistência social. Já que, os novos donos têm trabalhado na certificação ambiental do empreendimento para garantir um melhor status de seus produtos no mercado.

Como se pode observar, os processos históricos de formação do Amapá e a exploração do agroextrativismo, em particular na região sul do Estado, começa a ser evidenciado pelas intervenções dos colonizadores europeus na Amazônia, depois pelo capital nacional e estrangeiro na região. Essas formas de ocupações tiveram intervenções semelhantes na obtenção dos recursos naturais, entre elas: a violência, subordinação, trabalho compulsório, fatores que contribuíram diretamente para extinção de comunidades, perdas de seus modos de vida.

1.3. ASSOCIAÇÕES AGROEXTRATIVISTAS NO SUL DO ESTADO DO AMAPÁ: ASTEX-MA, ASTEX-CA E AMAC EM FOCO

Como resistência as submissões impostas pelos exploradores da região sul do Estado do Amapá, as comunidades extrativistas se organizam em associações para lutar pela garantia de direitos, que ao longo dos processos históricos foram negados.

Neste cenário, a organização política dos moradores da região do rio Maracá, pela proximidade com a sede municipal de Mazagão, inicia-se formalmente sob a influência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá (SINTRA), criado em 1983. Esse sindicato, constituído para atender todos os trabalhadores rurais do Amapá, procurou, desde a sua criação, associar os agricultores do município de Mazagão na luta pelos seus direitos, criando várias delegacias sindicais.

Na luta pelos interesses dos trabalhadores agroextrativistas, o SINTRA vai exercer uma pressão sobre o Ministério Extraordinário da Reforma Agrária (MIRAD/INCRA) no Amapá, para à regularização fundiária das terras ocupadas por esses, em alguns casos por mais de dezenas de anos no Sul do Amapá; e fazer cumprir a proposta de Reserva Extrativista incorporada no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em 30 de julho de 1987, através da Portaria Nº 627 que cria a figura do Projeto de Assentamento Extrativista (FILOCREÃO, 2007).

A partir dessas pressões, estabelece-se uma agenda de trabalho que envolve o MIRAD/INCRA, SINTRA e Cooperativa Mista Extrativista Vegetal dos Agricultores do Laranjal do Jari (COMAJA) com reuniões sistemáticas para debater a proposta, incorporando posteriormente nessa agenda o Conselho Nacional dos Seringueiros, o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) e a Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Amapá (ASTER-AP). Dessa agenda, vão ser realizados os levantamentos preliminares das áreas do Sul do Amapá para implantação de assentamentos extrativistas, culminando com a criação dos Projetos de Assentamento Extrativistas (PAEs) Maracá I, II e III em 1988.

Com a criação dos PAEs, o Conselho Nacional dos Seringueiros, através de sua representação regional no Amapá (CNS-RA), criada em 1990; o SINTRA; e o IEA vão ter uma ação junto aos moradores do Maracá, assessorando-os no fortalecimento da sua organização política para a criação de uma Associação de Trabalhadores, necessária a gestão dos assentamentos.

Como resultado deste processo criou-se em 28 de outubro de 1991 a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas dos Projetos de Assentamento Extrativista I, II e III do Vale

do Rio Maracá (ATEXMA), com sede na Vila Maracá, que elegeu uma diretoria composta de 6 membros, com mandato de 3 anos. Os principais dirigentes recebiam um pequeno apoio financeiro através de fontes externas, como ajuda de custo, para poderem desenvolver suas atividades de organização dos associados (LITTLE; FILOCREÃO, 1994).

A aliança com o CNS e IEA, vai permitir a ATEXMA o apoio financeiro necessário para a manutenção de infraestrutura para o desenvolvimento de suas atividades. O apoio financeiro veio inicialmente da World Wildlife Fund (WWF), através da gestão do CNS-RA, e posteriormente da Fundação Konrader Adenauer (KAS), através do projeto para 4 anos, intitulado Homem e Ambiente na Amazônia, gerenciado pelo IEA. Em 1993, foi construída a sede da ATEXMA na Vila do Maracá com recursos do projeto Homem e Ambiente na Amazônia do IEA/KAS. Em 1994, o IEA doou o ferramental para um estaleiro comunitário e comprou dois barcos desse estaleiro para atender a demanda da Associação. (FILOCREÃO, 2007).

Os motivos que levaram o surgimento de organizações políticas na região do Maracá, não são fenômenos isolados. Pois, na região do Cajari as organizações políticas emergem para resistir a invasões fundiárias e para lutar por melhores condições de vida. Segundo Filocreão (2007), por pressão do SINTRA, a região extrativista do rio Cajari vai ser incorporada como área prioritária para a criação de reservas extrativistas na agenda de trabalho que envolvia o MIRAD/INCRA, SINTRA, COMAJA, CNS, IEA e Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Território Federal do Amapá-ASTERAP. A partir dessa agenda foram realizados os levantamentos preliminares desta região em 1988, gerando 3 projetos para criação de PAEs que foram encaminhados junto com os 3 projetos do rio Maracá e os 3 do rio Jari.

Com a criação da RESEX, o Conselho Nacional dos Seringueiros, através de sua representação regional no Amapá (CNS-RA), criada em 1990, mais o SINTRA vão ter uma ação mais efetiva junto aos moradores do Cajari, assessorando-os no fortalecimento da sua organização política para a criação de uma Associação de Trabalhadores, necessária a gestão da Reserva Extrativista.

Em 15 de setembro de 1991 foi criada a Associação dos Trabalhadores Extrativistas da Reserva Extrativista do Rio Cajari (ASTEX-CA). A ASTEX-CA surgiu com objetivo de “preservar a floresta com seus ecossistemas e garantir às populações tradicionais (locais) a exploração autossustentável dos recursos naturais renováveis, de forma a alcançar o equilíbrio ecológico e a sadia qualidade de vida dos povos da floresta”.

A ASTEX-CA foi criada com quatro órgãos de decisão: a Assembleia Geral, com reuniões anuais; um Conselho Deliberativo com 13 membros, dois indicados pelo CNS-RA e os outros eleitos pelos sócios com reuniões trimestrais; e dentro do Conselho Deliberativo, uma Diretoria Executiva (Presidente, Vice-presidente, Secretária e Tesoureiro) e o Conselho Fiscal com 3 membros titulares e 3 suplentes. Essa organização para Sills (1993?) não aconteceu como deveria, “não teve Assembleia Geral desde a fundação da associação, e o Conselho Deliberativo reuniu somente uma vez e com a participação de somente sete membros”.

Para auxiliar tecnicamente as atividades da associação junto aos moradores, foi contratado um técnico agrícola através do CNS, como recursos da WWF que desenvolveu suas atividades de 1992 a 1995. Em 1994 foram contratados mais dois técnicos agrícolas que ficaram até 1995, pagos pelo CNS-RA com recursos da WWF. Esses técnicos ficavam 20 dias por mês nas comunidades da reserva, assessorando a ASTEX-CA nas discussões com os moradores das questões ligadas a organização social e econômica da reserva. (FILOCREÃO, 2007).

Com o desenvolvimento das atividades referentes à primeira fase do Projeto Reservas Extrativistas na RESEX Cajari, entre 1995 a 1999, chegou-se a conclusão que havia grandes dificuldades para a gestão da reserva por uma única associação (ASTEX-CA), em função da grande extensão da área. A partir daí os beneficiários, com o apoio do CNPT-IBAMA, ASTEX-CA e CNS, optam por dividir a responsabilidade da gestão que se encontrava nas mãos da ASTEX-CA, com mais duas novas associações que foram criadas: a Associação dos Produtores Agroextrativistas do Médio e Baixo Rio Cajari (ASSCAJARI) e a Associação dos Moradores Agroextrativistas do Cajari (AMAEX).

A primeira Associação de Mulheres do Cajari (AMC) foi criada em 21 de dezembro de 1997, motivada por uma mulher que residia fora da reserva, esta procurou reunir e esclarecer às mulheres da Reserva sobre a importância de estarem organizadas, uma vez que eram mulheres carentes e rurais que viviam em uma área isolada. As reuniões pautavam-se na busca de alternativa que viesse contribuir na renda familiar dessas mulheres (RIBEIRO, FILOCREÃO, 2013).

Entre as propostas da AMC estava a produção de sabão, atividade proibida numa reserva, outra a confecção de roupas, ambas as propostas não se tornaram uma alternativa viável para a geração de renda e emprego na reserva. Em síntese os motivos que levaram a associação ao fracasso passam por três pontos: a) O afastamento das líderes; b) Ausência

de uma líder local; c) Projetos não condizentes a realidade local (RIBEIRO, FILOCREÃO, 2013).

Depois do fracasso da AMC foi criado na comunidade de Água Branca, a Associação de Mulheres Agroextrativistas do Alto Cajari (AMAC), instituída em 8 de maio de 2004 e que se organizou a partir dos espólios da AMC, que acabou com a saída da região da sua principal liderança. Segundo a presidente Zenilda Lima, em 2006 a AMAC possuía 35 mulheres associadas e abrangia 9 comunidades do alto rio Cajari, tendo como prioridade trabalhar na geração de renda familiar através do artesanato. A AMAC possui uma sede, que funciona como centro comunitário, tem reuniões ordinárias trimestrais e assembleia geral de três em três anos.

Em síntese, a experiência organizativa em Maracá e Cajari, pode ser considerada rica em experiências positivas e negativas, em sua diversidade de formas. O certo é que nos seus erros e acertos essas experiências vêm contribuindo para o fortalecimento político dos moradores da reserva.

2. ABORDAGEM EMPÍRICA

A pesquisa bibliográfica, analisou as principais publicações científicas sobre o agroextrativismo no Sul do Amapá, momento importante para a contextualização do problema e indicação de respostas parciais as questões formuladas, que foram avaliadas e contrastadas com as informações oriundas de dados empíricos, extraídos de um Banco de Dados de Entrevistas digitais com informantes da região estudada. Este banco de dados foi organizado pelo prof. Antonio Sérgio Filocreão, que disponibilizou o seu acesso para esse trabalho.

A pesquisa ao Banco de Dados digitais, acessou arquivos de entrevistas com 05 (cinco) informantes que foram dirigentes das referidas associações, descritos no Quadro 1, que serviram para compreender e responder aos problemas levantados nesse estudo.

Quadro 1 - Descrição dos participantes da pesquisa

Participantes	Associação	Atuação como presidente	Entrevistado
Edmundo Rosa	ASTEX-MA	1º Presidente da ASTEX-MA	16/03/2006
Francisco Vieira	ASTEX-MA	2005 a 2008	23/06/2006
Raimundo de Lima	ASTEX-CA	Em 2006 era o atual presidente	2006
Zenilda de Lima	AMAC	Em 2006 era o atual presidente	18/03/2006
Elziane de Souza	AMAC	2009 a 2012	19/01/2012

Fonte: Dados e entrevistas concedidas ao Prof. Dr. Antônio Sérgio Filocreão no ano de 2006 e 2012.

Das entrevistas, foram extraídas, somente, as informações que ajudaram a responder e compreender a problemática deste estudo, que serão discutidos na seção seguinte.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa bibliográfica e de análise de banco de dados mostraram deste o início do estudo, entre as conquistas das associações foi possível encontrar: a garantia da propriedade de terra aos associados, melhoria nos meios de transportes, melhoria da escolaridade nas comunidades; garantia de direitos trabalhistas, aumento na produtividade, melhor poder aquisitivo dos associados. Entre as dificuldades enfrentadas estão: às baixas expectativas dos associados referentes às associações, suspeitos de corrupção em algumas gestões; baixo poder econômico das associações, descredito financeiro, faltam novas escolas e postos de saúde com remédios e equipe de saúde, falta de transporte e novos ramais para escoar a produção.

As relações sociais, políticas e econômicas das associações com os associados, não associados, poder público, poder privado e Organizações Não Governamentais-ONGs, percebem-se o distanciamento e descaso do poder público com as associações, a pequena participação das prefeituras locais junto às associações, relação conflituosa com latifundiários, pouca ou nenhuma parceria com ONGs, participação significativa dos associados e da comunidade nas reuniões, boa relação entre as associações ASTEX-MA, ASTEX-CA e AMAC.

A seguir trechos dos diálogos com os presidentes e ex-presidentes sobre as conquistas e dificuldades encontradas nas suas respectivas associações:

Sobre as dificuldades/problemas da ATEXMA:

Edmundo Rosa⁴ enfatiza que:

Um dos problemas é bem grave, é a maneira como os associados veem a associação (...). (...) nós ainda não tivemos condições de atender as demandas dos associados, então esse é um dos problemas, eles ficam desacreditando das reuniões, porque é só promessa, promessa, promessa (...) (informação verbal).

Francisco Vieira⁵ diz que:

O problema da inadimplência, porque se nós não estivéssemos na inadimplência com a associação, nós já tínhamos acessado muitos projetos. (...) os postos dos assentamentos quase todos eles estão sem medicação, quando tem enfermeiro não tem medicamento, não esta sendo bom o tratamento de saúde aqui (informação verbal).

Sobre os avanços/conquistas da ATEXMA e seus associados:

Edmundo Rosa relata que: “(...) Um dos maiores ganhos que eles tiveram com a criação do assentamento foi ter uma terra, onde eles pudessem morar, trabalhar, sem nenhuma perturbação de latifundiários, esse foi um privilégio (...)”

Francisco Vieira reconhece que: “(...) as escolas do Maracá estão funcionando quase em todas as comunidades, tanto da prefeitura, do estado, até que está bom o ensino (...)”

Neste sentido, as relações sociais, políticas, econômicas da ASTEX-MA com associados, não associados, poder público, poder privado e Organizações Não Governamentais-ONGs, encontram-se da seguinte maneira:

Edmundo Rosa:

(...) Alianças foram abandonadas, hoje nós não temos nenhuma entidade parceira, (...) toda aquela aliança que nós criamos que tinha pessoas, tinha o CNPT, tinha a própria SEMA, tinha o próprio sindicato, o Conselho dos Seringueiros, associação do Cajari. Aquele grupo de entidades ao redor para trabalhar esta questão de desenvolvimento, foi abandonado, o próprio INCRA, todo mundo saiu e deixou a ASTEX-MA sozinha, hoje ela esta sozinha (informação verbal).

⁴ Entrevista concedida em 16/03/2006.

⁵ Entrevista concedida em 23/06/2006.

Questionado sobre os investimentos do INCRA na região responde: “Primeiro investimento que eles deram aqui foi o fomento, o segundo investimento foi fazer obras, o terceiro investimento que eles estão fazendo agora, que esta sendo bem completo, é o crédito de habitação (...).”

Francisco Vieira reconhece que: “(...) apoio do INCRA é quase nenhum, com muito pelear nós fizemos este trabalho agora de recadastrar as famílias que moram no assentamento, ele muito pelear também deu uns créditos de habitação, pouco este ano (...).”

Segundo Filocreão (2007), a ASTEX-MA começa a ter dificuldades financeiras para manter as suas atividades, desde 1997, quando assume uma diretoria, cujo presidente se manteve na direção até 2005, quando foi destituído por uma assembleia geral, acusado no envolvimento em gravíssimas irregularidades administrativas, que vão desde uso indevido de recursos captados em nome da associação, utilização irregular de Autorizações de Transporte de Produtos Florestais - ATPFs de um projeto de manejo florestal do PAE Maracá, e falta de prestações de contas. Segundo relatório RURAP (AMAPÁ, 2005), o ex-presidente da ATEXMA, encontra-se indiciado pelo Ministério Público Estadual, por irregularidades cometidas enquanto presidente da associação.

Isto levou a perda de poder político da entidade e dificuldades de captação de recursos para a continuidade das suas atividades, levando com que as decisões se centralizassem apenas na figura do presidente, ou no máximo de alguns diretores, que utilizaram a entidade no atendimento dos seus interesses particulares em detrimento da forte responsabilidade da instituição, contribuindo para o descredito dos associados, poder privado, poder público e ONGs.

Enquanto a ASTEX-MA apresenta dificuldades de todas as espécies, a ASTEX-CA segundo seu representante tem poucas dificuldades e as relações sociais, políticas, econômicas internas e com outras instituições são boas.

Sobre as dificuldades/problemas enfrentadas pela ASTEX-CA, afirma Raimundo de Lima⁶:

Nós temos muitos problemas com relação a ramal para escoar nossa produção, transporte, mas isso esta sendo resolvido acredito que daqui a 1 (um) ano, 2 (dois), 3 (três) vai ser resolvido definitivamente, hoje nós temos caminhão para fazer feira

⁶ Entrevista concedida em 2006.

para Macapá, fazer feira Laranjal do Jarí, mas não temos nossos transportes para escoamento de produção aqui dentro da reserva (informação verbal).

Referente aos avanços/conquistas da ASTEX-CA, Raimundo de Lima diz:

(...) Quase 70% de nosso povo da reserva eram praticamente analfabeto, hoje tem implantação de muitas escolas dentro da reserva, inclusive escolas de 2º grau, foi uma luta nossa e conseguimos, foi implantado (...). (...) nós elegemos pessoas aqui semianalfabetas que não tinham nem a 1º série para gerenciar nossa associação, hoje todos nós que somos diretores da Associação temos o 2º grau completo, isso facilita muitos nas discussões e no gerenciamento(...). Melhorou muito (...) preço de castanha, essa melhoria deu um pula lá em cima (...), aposentadoria rural, auxílio maternidade, a mãe tem direito a três salários quase quatro salário mínimos quando tem uma criança, temos auxílio doença (...).(...) Estamos com auxílio moradia que é um crédito instalação feito pelo INCRA, na nossa associação, estamos com 71 casas em fase de conclusão, foram feitas 117 no Ajuruxi, 115 na Conceição do Muriacá, já foi liberado agora pelo INCRA novamente dando andamento 300 casas, vai ser feita 115 aqui no Alto Cajari, esta sendo feita a liberação do fomento pelo INCRA, nós já estamos praticamente com 350 fomentos aqui dentro da reserva (informação verbal).

Estas informações fornecidas por Raimundo de Lima demonstram que as conquistas alcançadas pela ASTEX-CA superam as dificuldades, seus avanços resultaram de lutas coletivas e de persistências para realizar os objetivos. Pois, o extrativista reconhece que a participação e reivindicação são fundamentais para garantia de direitos.

Destaca Raimundo de Lima:

(...) Nós fazemos o nosso papel de cobrar para fazer funcionar o poder público (...). (...) nós vamos cobrar como eleitor, como morador do Estado e como morador do município, então nossa reserva hoje pega três municípios: Laranjal do Jarí, Vitória do Jarí e Mazagão, cada um de nós, cada instituição tem o dever de cobrar do município, para que o município atue na educação, saúde, assim como o governo faça sua parte(informação verbal).

No que se referem às relações sociais, políticas, econômicas da ASTEX-CA com os associados e instituições governamentais, não governamentais e privadas, segue os relatos:

Raimundo de Lima afirma que: “Nós sempre reunimos mensalmente com a diretoria, de 06 (seis) em 06 (seis) meses uma reunião maior com a comunidade, anual fazemos uma assembleia geral para prestação de conta de todas as atividades financeira e da área social.”

Fala da boa relação com os órgãos públicos:

O CNPT é um grande parceiro nosso (...), como responsável da área que na verdade é o IBAMA, mas foi criado este órgão dentro do IBAMA para ajudar nós a gerenciar, é quem cuida da população tradicional, fazemos esta gestão juntos com CNPT, Associação, junto com o conselho, então estamos aí administrando e até agora tem dado bem certo (...)(informação verbal).

Sobre parceria com empresas privadas considera que:

(...) a gente reconhece hoje, que a Jarí Celulose já brigou muito com nós, (...) hoje ela esta com parceria incentivando e ajudando a associação no plantio de castanheiras, esta fazendo seus projetos através da fundação ORSA, também ela fornece as mudas de castanhas para ser plantada (informação verbal).

Para melhorar a comunicação na região, Raimundo de Lima diz que foi tomada a seguinte iniciativa:

(...) implantamos um sistema de comunicação na reserva, que são nossa radiofonia para manter nossas comunidades todas informada o que esta acontecendo, não isoladas, veio melhorando nossa comunicação, hoje nós já temos orelhões implantados dentro de nossas comunidades na reserva (...) (informação verbal).

A partir das informações fornecidas pelo representante da ASTEX-CA, Filocreão (2007) conclui que a existência de uma rede de radiofonia facilita a integração e troca de informações entre as associações e destas com os seus núcleos de base. Através de reuniões organizadas pelo CNPT, os dirigentes das associações encontram-se frequentemente em Macapá para planejarem suas atividades e discutirem os problemas relacionados com a reserva. Os dirigentes das associações cooperam entre si na condução das assembleias gerais e em outros eventos que exige um nível maior de organização e mobilização. As associações continuam mantendo uma relação de parceria com o CNS, ONGs ambientalistas e sindicatos de trabalhadores rurais que atuam na região.

As conquistas e dificuldades da AMAC, assim como suas relações sociais, políticas, econômicas com suas sócias e instituições governamentais, não governamentais, privadas e ONGs não estão distantes da realidade pela ASTEX-CA.

Zenilda de Lima⁷ fala sobre a relação proximal da AMAC com ASTEX-CA: “(...) a ASTEX-CA tem ajudado bastante, inclusive criar a associação, muito pensavam que a associação nem iria existir, por um tempo ela deixou de existir, depois reativamos ela, com ajuda da associação ASTEX-CA e o pessoal do CNPT que nos ajudaram bastante (...)”

No entanto, as dificuldades vivenciadas pela AMAC são as seguintes:

⁷ Entrevista concedida em 18/03/2006.

Zenilda de Lima diz que: “Esta faltando recursos, a gente esta correndo atrás de financiamentos com ajuda da associação, da Secretaria de Agricultura, é o que a gente vem fazendo hoje.”

Relata também a falta de transporte para realizar reuniões em comunidades fora da sede da associação: “(...) esta sendo só na sede devido o problema de transporte, que a gente não tem para se deslocar para ir de comunidade a comunidade esta sendo só aqui, a gente espera que mais tarde possa se reunir nas outras também e abranger mais comunidades.”

As conquistas da AMAC ficam explícitas quando Zenilda de Lima e Elziane de Souza⁸ respondem:

Zenilda de Lima diz que avanços aconteceram na educação: “(...) aqui funcionavam no caso 1º a 4º anos só isso, hoje temos uma escola em nível de 2º grau, com certeza melhorou bastante a questão da educação.”

Elziane de Souza reconhece o trabalho em grupo como um ponto positivo: “(...) trabalha todo junto, só divide o grupo porque o espaço é pequeno, mas trabalha todo mundo junto, tanto é que todo mundo recebe só uma quantidade.”

As relações sociais, políticas, econômicas com suas sócias e instituições governamentais, não governamentais, privadas e ONGs acontecem da seguinte maneira:

A relação com instituições governamentais e outras organizações, Zenilda de Lima responde:

Recebemos cursos através de uma secretaria do Estado, que é a SETE (Secretaria de Estado de Trabalho e Empreendedorismo) já nos deu dois cursos, a SETRAC (Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania) no ano de 2004 nos deu um curso também, estamos com três cursos. (...) temos ASTEX-CA, CNPT, tem também a Secretaria de Agricultura que esta bastante interessada ajudando a gente (informação verbal).

Elziane de Souza enfatiza sobre parceria com outros órgãos públicos:

(...) a gente conseguiu um projeto pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) em 2010, conseguimos para 2011 um novo contrato com a CONAB, trabalhamos também com a SIMS (Secretaria de Estado da Inclusão e Mobilização Social), trabalhamos com INCRA com o Apoio a Mulher (informação verbal).

Em seguida fala da boa relação entre associação e associadas:

⁸ Entrevista concedida em 19/01/2012.

A reunião acontece três vezes no mês, com a diretoria e com as mulheres associadas. (...) muito boa à reunião, a gente fica passando informações do que está acontecendo, o que vai acontecer, o que está previsto acontecer (...) (informação verbal).

Segundo Ribeiro e Filocreão (2013), a AMAC encontrou no beneficiamento da castanha uma alternativa socioambiental que se enquadra a realidade e a necessidade do local. Pois, ao longo dos anos a associação se desenvolveu dentro da reserva e ganhou força, em 10 de março de 2012 criou uma cooperativa para ampliar a venda desses produtos (biscoitos de castanhas), e inseri-lo no mercado. Em 2013 através da parceria da AMAC com o Projeto Carbono Cajari, financiado pelo Petrobrás, as castanheiras receberam um furgão para o transporte dos produtos e um pequeno carro para serviços administrativos, além da construção de outras cozinhas comunitárias.

Diante desta análise e discussão, entende-se que muitas conquistas foram alcançadas pelas associações ASTEX-MA, ASTEX-CA e AMAC, mas pode-se observar o quanto estas associações precisam de apoios sociais, políticos, econômicos para continuarem desenvolvendo suas atividades agroextrativistas sem provocar grandes danos para o meio ambiente.

CONCLUSÃO

Estudar as organizações agroextrativistas da região sul do Estado do Amapá sobre olhar das Ciências Sociais, exigiu um resgate de bibliografias multidisciplinares, entre elas encontram-se a Tese de Doutorado Agroextrativismo e Capitalismo na Amazônia: as transformações recentes no agroextrativismo do sul do Amapá de autoria do Prof. Dr. Antônio Sérgio Filocreão, que aborda entre outros assuntos as formas de organizações extrativistas. Nesta pesquisa, foi necessário também explorar as entrevistas digitais realizadas pelo referido professor no ano de 2006 e 2012, junto aos presidentes e ex-presidentes das Associações ASTEX-MA, ASTEX-CA e AMAC, estas entrevistas permitiram entender com que objetivo as associações foram criadas, suas principais conquistas e dificuldades, suas relações sociais, políticas e econômicas com outras instituições.

Deste modo, o presente trabalho teve como proposta compreender e contextualizar as populações tradicionais e reservas extrativistas na Amazônia e no Estado do Amapá, analisar as principais conquistas e dificuldades que permeiam as organizações de trabalhadores extrativistas ASTEX-MA, ASTEX-CA e AMAC no sul do Estado do Amapá, com intuito de

averiguar a relação social, política e econômica das Associações ASTEX-MA, ASTEX-CA e AMAC com seus associados, não associados, poder público, poder privado e Organizações Não Governamentais – ONGs.

Desta maneira, no desenrolar do trabalho foi possível perceber que a história da ocupação da região sul do Estado do Amapá assim como da Amazônia, foram marcados por três importantes processos que definiram a sua formação social, política e econômica, que são: o período Colonial, a fase áurea do extrativismo da borracha e o período da forte intervenção estatal para a integração da Amazônia a economia nacional.

No período colonial, as regiões que hoje pertencem ao Estado do Amapá eram objeto de disputa intensa entre nações européias, entre as características desse processo estão a forte militarização da ocupação nas suas formas ofensiva (conquista de territórios) e defensiva (fortificações) vai se manifestar para a população nativa em ações de extrema violência. A fase áurea do extrativismo da borracha caracteriza-se pelo "sistema de aviamento", onde o comerciante fornece mercadorias essenciais para a vida dos seringueiros e castanheiros, em troca da produção. No sul do Amapá, o boom da borracha é marcado pela existência do extrativismo e do coronelismo. O Terceiro processo conhecido como intervenção estatal, resultou da política de integração nacional, incentivou a produção rural organizando-se na forma dos "grandes projetos", que eram subsidiados pelos incentivos estatais, ocupando grandes extensões de áreas, como o Projeto Jarí, Codeara, Georg Pacific, etc.

Neste cenário de disputas internacionais, nacionais e locais as organizações agroextrativistas da região sul do Estado do Amapá emergiram-se como resistência as submissões impostas pelos exploradores. Suas manifestações sociais reagem contra a exploração e degradação advindas dos diversos processos históricos mencionados nesta pesquisa, assim como suas reivindicações almejam a inclusão social, melhor distribuição de renda, reforma agrária, etc.

Como se pode observar nos resultados e discussões deste trabalho, a partir da organização das comunidades extrativistas em associações, conquistas expressivas foram alcançadas, entre elas estão: a garantia da terra aos associados para construir suas moradias e realizar o manejo; conquistaram o poder social, político, econômico; garantiram a liberdade de poder colher os bens naturais e transformar em alimentos, que são comercializados para entidades públicas, privadas, ONGs, gerando renda para as famílias locais; houve melhoria na educação, transporte e comunicação nas comunidades associadas, garantiram benefícios

sociais advindos de programas e projetos federais, estaduais, municipais, como por exemplo: Auxílio moradia.

Contudo, algumas dificuldades prejudicam o bom andamento das atividades das associações, apresentando descrédito da instituição junto aos seus associados; associações inadimplentes junto a fornecedores; denúncia de desvio de recursos da associação; ausência de parceria com órgãos públicos, privados e ONGs; falta de medicamentos nos postos de saúde dos assentamentos; falta de transporte e novos ramais para escoar a produção interna.

Quanto às relações sociais, políticas e econômicas da ASTEX-MA, ASTEX-CA e AMAC com seus associados, não associados, poder público, poder privado e ONGs, percebe-se como ponto negativo: o distanciamento e descaso do poder público com algumas associações; a pequena participação das prefeituras locais junto às associações; relação conflituosa com latifundiários; pouca parceria com ONGs. E como ponto positivo, é necessário enfatizar a participação significativa dos associados e da comunidade nas reuniões, boa comunicação social entre as comunidades extrativistas, assim como a relação de parceria entre as Associações da região.

Em resumo, buscando responder a problemática deste estudo, foi possível perceber como principais conquistas das associações: a garantia da propriedade de terra aos associados, melhoria nos meios de transportes, melhoria da escolaridade nas comunidades; garantia de direitos trabalhistas, aumento na produtividade, melhor poder aquisitivo dos associados. Entre as dificuldades enfrentadas estão: às baixas expectativas dos associados referentes às associações, decorrentes de indícios de mal-uso dos recursos em algumas gestões, baixo poder econômico das associações, descrédito financeiro; a necessidade de novas escolas e postos de saúde com remédios e equipe de saúde e a falta de transporte e novos ramais para escoar a produção.

Quanto as relações sociais, políticas e econômicas das associações com os associados, não associados, poder público, poder privado e ONGs percebem-se o distanciamento e descaso do poder público com as associações; a frágil articulação das associações com às prefeituras locais; a relação de conflitos com proprietários de terra não associados, pouca ou nenhuma parceria com ONGs; uma participação significativa dos associados e da comunidade nas reuniões e boa relação entre as Associações ASTEX-MA, ASTEX-CA e AMAC.

Portanto, com esta pesquisa não se pretende alcançar o imobilismo ou conformismo diante da realidade das associações do sul do Estado do Amapá, mas pretende trazer

contribuições para que alternativas sejam criadas para minimizar as dificuldades enfrentadas pelas organizações agroextrativistas na luta por seus objetivos.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, Mary Helena. **Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma Política de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia.** In: ARNT, Ricardo. O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: RelumeDumará; Curitiba: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, Fundação Konrader Adenauer, 1994, p. 49-68.

_____. **Reservas extrativistas, implementação de uma alternativa ao desmatamento na Amazônia.** Curitiba, mimeo., 1988, p. 32.

AMAPÁ. Instituto de Desenvolvimento Rural. **Relatório do Diagnóstico no Projeto de Assentamento Extrativista – PAE Maracá.** Macapá, 2005.

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados** 19 (53), 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>. Acesso em: 09 de agosto de 2014.

_____. A Amazônia e política ambiental. **GEOgraphia.** Rio de Janeiro, ano. 6, Nº 11, 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/139/134>. Acesso em: 09 de agosto de 2014.

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira (orgs.). **A Questão Ambiental: diferentes abordagens.** 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAMPO, Indio E; FILOCREÃO, Antônio Sérgio. **A gestão das reservas extrativistas no Sul do Amapá.** Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT7-410-140-20080515155115.pdf> Acesso em: 14 de setembro de 2014.

FERREIRA PENA, Domingos Soares. **A Política de Portugal no Vale Amazônico.** Belém, SECULT, 1993, p. 169.

FILOCREÃO, Antonio Sergio Monteiro. **Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia: as transformações recentes no agroextrativismo do sul do Amapá.** Tese (doutorado)- Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém/PA, 2007.

_____. (Coord.). **Relatório de atividades: investigações de denúncias de invasões e alargamento de ramais na Reserva Extrativista do Rio Cajari-AP e seu entorno.** Macapá: CNPT-IBAMA, 1994, p. 16. Mimeografado.

_____. **A construção social do sul do Amapá no Agroextrativismo.** IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008. Brasília- DF

_____. **Extrativismo e Capitalismo: a manutenção, funcionamento e reprodução da economia extrativista do Sul do Amapá.** Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1992. 236f. Dissertação (Mestrado em Economia).

FLEXA, Rafaela Costa. **Trabalhadores agroextrativistas e territorialidade no Sul do Amapá**. IX semana de história: O ensino e a pesquisa de história no Amapá: Perspectivas e desafios disponível em:

<http://www2.unifap.br/historia/files/2014/02/RAFAELEFLEXA.pdf> Acesso em: 11 de setembro de 2014.

LINS, Cristóvão. **Jarí: 70 anos de história**. 3 ed. Rio de Janeiro: Dataforma, 2001. 304p.

LITTLE, Paul E.; FILOCREÃO, Antonio Sergio. **Relatório Sócio-econômico: Projetos de Assentamento Extrativista Maracá I, II, III**. Macapá: IEA, 1994, p. 131. Mimeografado.

OLIVEIRA, Francisco de. **A crise da Federação: da Oligarquia à Globalização**. In A Federação em Perspectiva. São Paulo, FUNDAP, 1995, p. 77-90.

PARÁ, Governo do Estado, Secretaria de Estado de Educação e Cultura. **Annaes da Bibliotheca e Arquivo Público do Pará**. Belém, 1916.

PINTO, Lúcio Flavio. **Jari, toda a verdade sobre o projeto de Ludwig**. São Paulo, Marco Zero, 1986, p. 219.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1970.

RAIOL, Osvaldino da Silva. **A utopia da terra na fronteira da Amazônia: a geopolítica e o conflito pela posse da terra no Amapá**. Macapá: Editora Gráfica ODIA Ltda. 1 992, 240p.

RIBEIRO, Karina Nymara Brito; FILOCREÃO, Antonio Sergio. **Desafios na Amazônia brasileira: a organização de mulheres na reserva extrativista do Rio Cajari no Amapá**. XIX Congresso Latinoamericano de Sociologia-ALAS 29 de setembro a 04 de outubro de 2013, FACSIO, Chile Santiago. Disponível em: http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT11/GT11_BritoKMonteiroA.pdf. Acesso em: 09 de agosto de 2014.

ROCQUE, Carlos. **Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político**. V1. Belém: SECULT, 1999. 536p.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e Novos Direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005, p. 304.

SILLS, Erin O.. **Fortalecimento Gerencial das RESEX – Rio Cajari**. [S.l.:1993?], p. 8. Mimeografado.

WEINSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência 1850- 1920**. São Paulo, Hucitec/Editora da Universidade de São Paulo, 1993, p. 371.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em 30 junho de 2014.